

Industrialização E Emprego Formal: Avaliação Empírica No Ceará Vis-A-Vis O Piauí – 1998/2008¹

Industrialization and Formal Employment: Empirical Evaluation in Ceara State vis-à-vis Piaui State – from 1998 to 2008

Luís Abel da Silva Filho²

Silvana Nunes de Queiroz³

Adriano Olivier de Freitas e Silva⁴

Resumo: Este artigo procura comparar o perfil da indústria de transformação instalada no Ceará e no Piauí nos anos de 1998 e 2008, além de analisar as características socioeconômicas dos seus trabalhadores. Para tanto, considera-se o número de estabelecimentos industriais, a distribuição do emprego por ramo de atividade, o número de trabalhadores por setor da indústria de transformação, a quantidade de empregados por tamanho do estabelecimento, sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço, faixa de remuneração, média salarial por nível de escolaridade, e remuneração média por setor da indústria de transformação. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Ao comparar o Ceará com o Piauí, objetiva-se fazer uma análise da dinâmica recente do mercado de trabalho desses estados, que tradicionalmente figuram dentre os mais pobres do país. Como forma de melhorar os seus indicadores socioeconômicos e sociodemográficos, desde o início dos anos 1990, o Ceará e o Piauí seguem adotando políticas de incentivos fiscais para atrair indústrias para as suas Unidades da Federação. Os principais resultados, por um lado, são positivos, e apontam que entre 1998 e 2008, o Ceará e o Piauí foram beneficiados, respectivamente, com 3.678 e 876 unidades industriais, o que possibilitou a abertura de novos postos de trabalho formais. Por outro lado, os dados mostram que esses empregos são precários em ambas as UFs, caracterizados por alta rotatividade, salários baixos, além de elevada seletividade por sexo, idade e escolaridade.

Palavras-chave: Emprego Formal; Indústria; Ceará; Piauí

Abstract: This paper seeks to compare the profile of the processing transformation industry in Ceará and Piauí in 1998 and 2008, besides analyzing the socioeconomic characteristics of their workers. For this, we consider the number of industrial establishments, the distribution of employment by sector, the number of workers per sector of manufacturing industry, the number of employees by establishment size, gender, age, education level, length of service, full pay, average wage by education level and average earnings by sector of manufacturing industry. Data are from the List Annual Social Information (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment (MTE). By comparing with Ceará to Piauí, the objective is to analyze the recent dynamics of the labor market in these states, which traditionally listed among the poorest in the country. As a way to improve their socioeconomic and demographic indicators from the early 1990s, Ceará and Piauí follow adopting policies of fiscal incentives to attract industries to their Units of the Federation. The main results on the one hand, are positive and indicate that between 1998 and 2008, Ceará and Piauí were benefited with respectively 3678 and 876 industrial units, which enabled the opening of new formal jobs. Moreover, the data show that these jobs are precarious at both FUs, characterized by high turnover, low wages, and high selectivity by gender, age and education.

Key-words: Formal employment; Industry; Ceara; Piaui.

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Graduação em Economia pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Bolsista CAPES; Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da UFRN. E-mail: abeleconomia@hotmail.com

³ Graduada em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Mestra em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP. Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA e Bolsista FUNCAP. E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

⁴ Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: adrianofrs@gmail.com

Introdução

O processo de industrialização brasileira, desde seus primórdios, ocorreu de forma concentradora e excludente. O Sudeste e Sul do país experimentaram dinamismo significativamente diferenciado das demais regiões. No caso do Nordeste brasileiro, a perda de dinamismo da economia açucareira, somando-se à ausência de políticas de desenvolvimento regional, resultou num período de relativo atraso em relação às demais áreas. Somente a partir dos anos de 1960, com políticas implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), registrou-se, formalmente, uma política direcionada para essa região.

No entanto, apenas a partir dos anos 1980 e, especialmente, na década de 1990, com o processo de abertura econômica, privatização das estatais, desenvolvimento técnico-científico e mudanças na Constituição Federal de 1988, que possibilitou aos estados e municípios maior liberdade político-administrativa, observa-se relativa desconcentração das atividades econômicas a partir da “guerra dos lugares”.

Nas últimas décadas do século XX, o processo de “desconcentração” industrial, estimulado pela adoção de política de incentivo fiscal e financeiro ocasionado, sobretudo, pela ausência de políticas de desenvolvimento regional, impôs onerosos custos, principalmente para os estados do Nordeste, via redução ou isenção fiscal de sua principal receita corrente: o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS)

Para o debate atual sobre o emprego formal em Unidades da Federação situadas no Nordeste, deve-se levar em consideração o seu recente processo de industrialização. Também devem ser consideradas as discrepâncias entre essas unidades, uma vez que, embora situadas em uma região essencialmente pobre, existem diferenças entre os seus processos de industrialização, sobretudo por terem políticas de incentivos fiscais distintas.

Além de incentivos fiscais e financeiros, as indústrias instaladas na região Nordeste encontraram o cenário ideal para a reprodução do capital, principalmente pela disponibilidade de mão-de-obra barata, disciplinada e em grande quantidade, com ausência de sindicatos, e que, quando existem, têm poder de barganha mínimo; e pela proximidade dos mercados europeus e um vasto mercado consumidor. Todo esse contexto tem proporcionado o recente processo de industrialização de estados do Nordeste.

Embora as políticas de atração de indústrias tenham conseguido dinamizar o parque industrial das UF's do Nordeste, foram, claramente, o Ceará e a Bahia as unidades que mais conseguiram se destacar nesse processo, e são essas, certamente, as que mais se destacam em termos de crescimento nominal de indústrias nos últimos anos.

Nesse contexto, pretende-se investigar os empregos formais criados nos estados do Nordeste, com ênfase no Ceará e no Piauí, uma vez que estudos sobre o mercado de trabalho cearense (GONÇALVES, QUEIROZ e ALVES, 2007; QUEIROZ e COSTA JÚNIOR, 2008; ARRAIS, QUEIROZ e ALVES, 2008; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010) e baiano (PEREIRA 2008; SILVA FILHO et al, 2009) têm sido publicados com frequência, quando comparado ao estado do Piauí.

A escolha das referidas Unidades da Federação ocorreu pelo fato desses estados serem geograficamente próximos e possuírem características semelhantes no

tocante ao clima e à cultura. No entanto, em termos econômicos, o Ceará tem uma política de incentivos fiscais consolidada, enquanto o Piauí não dispõe de uma política industrial com a robustez observada no Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDIs)⁵. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o perfil da indústria e do emprego formal nos anos de 1998 e 2008, comparando dois estados do Nordeste, o Ceará e o Piauí.

Para atingir tal objetivo, o artigo está estruturado da forma que segue: esta introdução; a segunda seção, que faz uma breve revisão da literatura acerca da industrialização no país, com foco nos estados do Nordeste; a terceira, que aborda a desestruturação do emprego formal no pós-abertura econômica; a quarta seção, que destaca a metodologia e as variáveis utilizadas no trabalho; na quinta seção, compara-se as características da indústria instalada no Ceará vis-à-vis o Piauí, seguido da análise sobre o perfil socioeconômico da mão-de-obra formal empregada na indústria nos dois estados em questão (sexta seção); por último, fazem-se as considerações finais.

2. Dinâmica recente da indústria brasileira

O crescimento econômico brasileiro ocorreu concentrado no Sudeste, notadamente no Estado de São Paulo. Estados prejudicados pela ausência de políticas de desenvolvimento nacional e regional, como os da região Nordeste, iniciaram a sua trajetória de industrialização com relativo atraso e dependente de políticas de incentivos fiscais. O que Cano (2008) denominou de “selvagem guerra fiscal” tem contribuído para industrializar alguns Estados, mesmo que estes tenham que arcar com elevados custos.

Na ausência de uma política nacional de industrialização, os Estados têm efetuado políticas via incentivos fiscais, o que de certa forma proporciona disputas entre eles. Tal fato, segundo Cassiolatto e Britto (2001), levanta pressupostos para uma discussão acerca da urgência em fomentar políticas efetivas de desenvolvimento regional capazes de melhorar e distribuir os resultados alcançados com o advento do desenvolvimento técnico-produtivo, sem perda de receitas para os Estados que adotam a prática de isenção fiscal.

Em Myrdal (1960), já fora apresentada essa tendência de industrialização enquanto processo concentrador de atividades. A tendência do desenvolvimento é concentrar-se nas regiões com elevado nível tecnológico-científico, e por essência, com maior força de atratividade do capital.

As regiões que detêm poder de formação de capital mais elevado são aquelas nas quais foram possibilitados investimentos em infra-estrutura – suporte necessário ao desenvolvimento industrial. Às áreas que não dispunham de tais recursos restou fazer políticas industriais via concessões de incentivos fiscais (MYRDAL, 1960; CASSIOLATTO e BRITTO, 2001; AMARAL FILHO, 2003; LUCA e LIMA, 2007).

Nesse processo de formação de capital, os Estados concorrem acirradamente na atratividade de indústrias. Todavia, em alguns casos, a chegada desses empreendimentos tem ofertado trabalho precário – com baixos salários e alta rotatividade da mão-de-obra. Segundo dados de Silva Filho e Queiroz (2009), em

⁵ Sobre os FDIs, ver Silva Filho e Queiroz, 2009; Pontes, Viana e Holanda, 2006.

2006, 86% dos trabalhadores empregados na indústria cearense ganhava em média até 2 salários mínimos.

Cabe destacar que os Estados que se industrializaram via política de incentivos fiscais têm ampliado a sua formação bruta do capital. No entanto, não significa afirmar a existência de ganhos incondicionais auferidos por estes, uma vez que a renúncia fiscal, conforme citam Cassiolato e Britto (2001), reduz em alguns casos o investimento em educação, saúde, habitação, saneamento básico, entre outros.

Contudo, é visível o recente dinamismo industrial desses Estados do Nordeste, além do crescimento de suas economias se comparado a anos pretéritos. O Ceará e a Bahia, por exemplo, têm praticado tal política desde o final do século XX e início do XXI, possibilitando a dinamização do seu parque industrial, e diversificação e ampliação de sua cadeia produtiva.

Como sugere Myrdal (1960), dentro do próprio país existem diferenças regionais, como também entre os Estados da mesma região. A industrialização dos Estados via incentivos fiscais e financeiros não é e não deve ser a principal “porta de entrada” para o desenvolvimento. É necessária a distribuição espacial de atividades produtivas de maneira mais equitativa, para que não ocorra uma industrialização concentrada nos grandes centros urbanos e distante das áreas tidas como periféricas.

Em estudo anteriormente realizado por Silva Filho e Queiroz (2009), foram constatadas significativas diferenças entre o perfil da indústria e do emprego formal, entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado do Ceará. Nesse estudo, ficou evidente a necessidade do desenvolvimento de políticas que promovam o desenvolvimento regional de forma mais equiparável e, assim, diminua as desigualdades não somente entre as regiões, mas dentro do próprio Estado.

Lucas e Lima (2007) acreditam que o desempenho da economia faz-se através da inter-relação entre o Governo e o empresariado, ou seja, a partir da parceria entre o público e o privado. Em conjunto, esses elementos promovem o desenvolvimento da economia do País, da região, do Estado ou do município, onde a sociedade é o ente beneficiado. Assim, uma política estratégica pode promover a melhor utilização de recursos e impulsionar o desenvolvimento em âmbito nacional.

A seção seguinte procura abordar a dinâmica da economia brasileira, bem como do mercado de trabalho no país ao longo dos anos de 1990. Destaca-se que os ganhos nem sempre são sociais, uma vez que o Estado, ao atrair indústrias via incentivos fiscais e financeiros, abre mão de sua principal fonte de receita: o ICMS. Por sua vez, a sociedade perde quando o Governo deixa de arrecadar e de investir em saúde, educação, habitação entre outras. Nesse caso, “o capital ganha”, principalmente quando a atividade econômica localiza-se em áreas com a quase inexistência de sindicatos e a oferta de mão-de-obra abundante.

3. Contexto econômico e mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1990

A década de 1990 assistiu a um processo de reformulação no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro pautado no processo de reestruturação produtiva ocorrido mediante o processo de globalização. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que definia diretrizes para o desenvolvimento econômico, buscando superar o atraso do modelo social existente, gerou expectativas de que o atraso relativo da economia brasileira fosse, agora, um problema do

passado, e nesse cenário econômico nascia, também, a esperança da ruptura do modelo de crescimento vivenciado na década anterior (DEDECCA, 2003).

Todavia, isso não aconteceu. De acordo com Baltar (2003), a década de 1990 apresentou crescimento lento do produto, com declínio de 4,4% do PIB em 1990. Os anos em que a economia brasileira apresentou crescimento foram somente entre 1994 a 1997. No final dos anos 1990, a taxa de crescimento *per capita* flutuava em torno do crescimento da década anterior.

O início dos anos 1990 caracteriza-se pelo lento crescimento econômico, elevada taxa de desemprego e deterioração dos postos de trabalhos.

A deterioração das condições do mercado de trabalho, provocada inicialmente pela recessão econômica induzida pelo Governo Collor e agravada pelas políticas econômicas no Governo FHC (particularmente a abertura comercial, a sobrevalorização do câmbio e a manutenção das altas taxas de juros), manifestou-se também nos tipos de emprego que foram destruídos e criados no período, assim como na queda do poder de compra dos salários e demais rendimentos do trabalho. De fato ao longo da década, diminuiu a participação relativa do emprego formal [...] ao passo que aumentou a porcentagem dos empregados sem carteira assinada e dos autônomos (MORETTO, GIMENEZ e PRONI, 2003:232 e 233).

Conforme Pochmann (1999), os últimos anos da década de 1990 foram marcados pela redução acentuada das taxas de crescimento econômico brasileiro, e seguido da acentuada desestruturação do emprego formal no país, aumento significativo da força de trabalho no âmbito da informalidade e reduzida taxa de crescimento de emprego formal. Esses traços caracterizaram o novo perfil do emprego brasileiro, onde predominava a precarização das condições de trabalho seguido de elevados ganhos de produtividade do capitalismo e reduzida participação do salário real médio no produto do trabalho.

A década de 1990 caracteriza-se por mudanças estruturais na economia brasileira – o trabalho assalariado sofreu com o pouco investimento e o lento aumento da produção, levando, em muitos casos, à eliminação de postos de trabalho e uma forte tendência ao aumento do número de pessoas que passaram a trabalhar por conta própria (BALTAR, 2003).

Nas duas últimas décadas do século XX, as economias capitalistas passaram por rápidas e profundas transformações, implicando, por consequência, a disseminação da insegurança do trabalho. Em razão disso, consolida-se em um novo padrão de uso e remuneração do trabalho, muito distinto daquele que prevaleceu por quase trinta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. (POCHMANN, 1999:107)

A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro teve impactos negativos não somente do ponto de vista econômico, como a perda de postos de trabalho, mas pelo novo perfil de emprego criado a partir da reestruturação produtiva, conforme citado por Neves e Pedrosa (2007:12).

Os novos padrões de gestão do trabalho desenvolveram-se sustentados, certamente, na flexibilização [...] ocorreu uma crescente

transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Essas práticas assumem diversas configurações como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado.

Nesse contexto, o país passou por problemas acentuados no processo de geração de postos de trabalho. No caso dos estados do Nordeste, as políticas de incentivos fiscais foram uma das alternativas encontradas para atrair estabelecimentos industriais e, com isso, gerar postos de trabalho. No caso dos estados do Ceará e do Piauí, alvos deste estudo, empregos foram criados, todavia a qualidade desses novos postos de trabalho é precária.

Para traçar o perfil da indústria e do emprego formal industrial nos estados do Ceará e do Piauí, nos anos de 1998 e 2008, foram utilizados nesta investigação os procedimentos metodológicos descritos na seção a seguir.

4. Procedimentos metodológicos

Na realização deste trabalho, fez-se necessária a utilização de dois métodos: o descritivo e o explicativo. O primeiro trabalha com a descrição das características do mercado de trabalho e do emprego formal a partir do processo de industrialização via incentivos fiscais e financeiros dos Estados do Nordeste, especialmente o Ceará e o Piauí. O segundo método é utilizado para analisar as características das indústrias instaladas no Ceará e no Piauí e traçar o perfil socioeconômico dos seus trabalhadores.

Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), obtidas no Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), referentes aos anos de 1998 e 2008. Foi utilizado um total de onze variáveis, sendo quatro para analisar as características da indústria e sete para traçar o perfil do trabalhador empregado na indústria do Ceará e do Piauí.

Para analisar as características da indústria, fez-se necessária a tabulação das seguintes variáveis: número de estabelecimentos industriais, número de trabalhadores por ramo de atividade econômica, quantidade de empregados por setor da indústria de transformação e distribuição do emprego formal industrial por tamanho do estabelecimento.

A segunda parte, que procura analisar o perfil socioeconômico do trabalhador da indústria formal, utiliza as seguintes variáveis: número de empregados formais na atividade industrial segundo sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço, faixa de remuneração, média salarial por nível de escolaridade e, finalmente, remuneração média por setor da indústria de transformação.

5. Dinâmica do emprego na indústria cearense vis-à-vis a piauiense: 1998/2008

Ao analisar o número de estabelecimentos industriais no Ceará e no Piauí, entre os anos de 1998 e 2008, os dados da RAIS mostram que os dois estados

apresentam dinâmica semelhante - aumento no número de indústrias abertas, com variação de 67,85% no estado Cearense e de 67,84% no Piauí, ao longo do período em questão. Porém, o Ceará, em 2008, contava com 9.099 indústrias, enquanto o Piauí com apenas 2.093.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos industriais Ceará e Piauí - 1998/2008

Estado	1998	2008	Variação (%)
Ceará	5.421	9.099	67,85
Piauí	1.247	2.093	67,84
Total	6.668	11.192	67,85

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE.

Cabe destacar que os dois estados concentram os seus investimentos industriais em suas capitais. Fortaleza, em 2008, concentrava 55,39% dos estabelecimentos industriais do estado, e Teresina abarca 56,62%.⁶

A distribuição espacial da atividade industrial entre os 184 municípios cearenses aponta que em 24 deles não havia nenhum estabelecimento industrial em 2008. No Piauí, a situação é mais grave, visto que dos 223 municípios do estado, 82 não dispunham de nenhuma planta industrial.

Tais resultados demonstram a baixa dinamicidade do Piauí e a sua forte concentração industrial em Teresina. Sob as mesmas intempéries macroeconômicas, além de suas tentativas de interiorizar a indústria através de políticas de interiorização da atividade industrial implementadas desde 1979, com mais nitidez a partir de 1995 mediante o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), o Ceará fracassa ao não distribuir uniformemente a atividade industrial e, conseqüentemente, o número de empregos em todo o território cearense.

No tocante aos municípios que apresentaram redução e/ou fecharam as suas indústrias entre 1998/2008, o Ceará apresentou 14 deles, dos quais 11 fecharam os estabelecimentos industriais que existiam. No Piauí, 7 municípios tiveram suas unidades industriais reduzidas em quantidade. Tal fato deve-se, em parte, à política da guerra fiscal que faz com que as indústrias fujam para estados que tenham maior redução da alíquota do ICMS e maiores prazos para pagamento de tributos⁷, além das forças locais existentes entre os municípios da mesma Unidade da Federação.

Os dados da Tabela 2 apresentam a evolução do emprego formal por ramo de atividade econômica. Entre 1998 e 2008, o Ceará, passa de um quadro de 645.492 ocupados para 1.129.999 pessoas, com variação absoluta de 484.507 novos empregos, enquanto o Piauí acrescenta 139.051 novas vagas.

Esse aumento é impulsionado, em ambos os estados, pelo setor de serviços, o que é corroborado pela análise por ramo de atividade, que mostra o peso desse setor na geração de empregos formais no Ceará e no Piauí no período em questão. Para o ano de 2008, o Ceará concentra 58,78% de sua mão-de-obra nesse setor, e o Piauí, 66,50%. Segundo Santos e Moreira (2006), esses estados têm em sua força de trabalho características típicas de economias em desenvolvimento, onde há predominância do terceiro setor.

⁶Os dados referentes ao número de estabelecimentos, por unidades municipais, foram feitos a partir de dados da RAIS/MTE, não sendo expostos na referida investigação. Vale frisar que erros e omissões são de inteira responsabilidade dos autores.

⁷Veja Queiroz e Costa Júnior (2007) para maiores detalhes.

A indústria é o segundo setor que mais emprega no Ceará, com 20,25% de sua mão-de-obra ocupada em 1998 e 19,88% em 2008. No caso do Piauí, esse setor de atividade encontra-se em terceiro lugar na geração de empregos, com perda de sua participação entre 1998 (10,53%) e 2008 (8,51%). Estes resultados sugerem que a política de atração de indústrias para o Ceará foi mais agressiva do que a piauiense.

Tabela 2 - Evolução do emprego formal por ramo de atividade Ceará e Piauí – 1998/2008

RAMO DE ATIVIDADE	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Indústria	130.739	20,25	224.660	19,88	20.691	10,53	28.570	8,51
Construção civil	31.372	4,86	45.715	4,05	12.099	6,15	19.575	5,83
Comércio	79.472	12,31	169.887	15,03	26.362	13,41	58.687	17,49
Serviços	393.973	61,03	664.227	58,78	134.206	68,27	223.197	66,50
Agropecuária	9.775	1,51	25.510	2,26	2.879	1,46	5.603	1,67
Outros/ignorado	161	0,02	0,00	0,00	344	0,17	0,00	0,00
Total	645.492	100,00	1.129.999	100,00	196.581	100,00	335.632	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE.

O comércio também gera um contingente expressivo de empregos no Ceará, posicionando-se, em 2008, em terceiro lugar, com 15,03% de seus trabalhadores formais. Nesse mesmo ano, o Piauí detém 17,49% de seus ocupados nesse setor, sendo a segunda atividade que mais emprega nesse estado.

Apesar de ter apresentado elevação no número absoluto de empregados formais, tanto no Ceará quanto no Piauí, a agropecuária tem a menor participação no número de ocupados, com apenas 2,26% no Ceará e 1,67% no Piauí para o ano de 2008. Embora o aumento no número de empregados tenha ocorrido especialmente no setor terciário (serviço e comércio), típico de economias em desenvolvimento, o Ceará e o Piauí foram capazes de aumentar a quantidade de ocupados formais em todos os demais setores. Dedecca (2009:49) acredita que:

Se sustentadas as tendências atuais, o crescimento da economia tenderá a induzir a recuperação do mercado formal de trabalho [...] dentro dessa perspectiva, a política pública de emprego, trabalho e renda tende a ter papel extremamente importante para o processo de recomposição do mercado formal de trabalho.

Diante do exposto, percebe-se que a recente recuperação econômica tem contribuído para o desempenho favorável do mercado formal de trabalho. Embora timidamente, as economias menos desenvolvidas do Nordeste, notadamente o Piauí, que figura entre os estados mais pobres do País, aumentou o número de postos de trabalho em todos os setores de atividade econômica.

Em relação ao número de empregados na indústria de transformação, setor alvo deste estudo, a análise por ramo de atividade aponta que o setor têxtil era o que mais empregava no Ceará em 1998 (29,44%) e em 2008 (27,91%). No Piauí, essa atividade respondia por 18,85% em 1998, e 15,52% em 2008, sendo o segundo maior empregador.

Tabela 3 - Evolução do emprego formal na indústria de transformação, Ceará e Piauí – 1998/2008

RAMO DE ATIVIDADE	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Extr Mineral	1.969	1,51	2.600	1,16	1.755	8,48	628	2,20
Min nao Met	6.916	5,29	9.976	4,44	2.202	10,64	3.871	13,55
Ind Metalurg	6.399	4,89	11.395	5,07	662	3,20	1.153	4,04
Ind Mecanica	2.378	1,82	3.831	1,71	93	0,45	337	1,18
Elet e Comun	1.546	1,18	2.278	1,01	380	1,84	103	0,36
Mat Transp	1.087	0,83	3.000	1,34	115	0,56	854	2,99
Mad e Mobil	4.401	3,37	6.614	2,94	1.231	5,95	1.376	4,82
Papel e Graf	4.419	3,38	7.004	3,12	746	3,61	1.086	3,80
Bor Fum Cour	2.449	1,87	6.626	2,95	568	2,75	858	3,00
Ind Quimica	5.963	4,56	11.498	5,12	1.370	6,62	2.006	7,02
Ind Têxtil	38.490	29,44	62.706	27,91	3.900	18,85	4.434	15,52
Ind Calçados	20.243	15,48	49.832	22,18	37	0,18	69	0,24
Alim e Beb	27.102	20,73	40.782	18,15	4.053	19,59	7.760	27,16
Ser Útil Pub	7.377	5,64	6.518	2,90	3.579	17,30	4.035	14,12
Total	130.739	100,00	224.66	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE

Destaca-se que a indústria alimentícia e de bebidas, em 1998, detinha a segunda posição em geração de empregos (20,73%) no Ceará, caindo em 2008 para 18,15%, quando perde a segunda colocação para o setor calçadista. No que se refere ao Piauí, em 1998 (19,59%) e em 2008 (27,16%), esse ramo de atividade é o que mais emprega, com elevação na sua participação no período em questão. Esse tipo de indústria foi predominante na geração de empregos em todo o Nordeste do Brasil nos decênio de 1960 – 1970.

A indústria de calçados ganha representatividade na geração de empregos no Ceará. Em 1998, essa atividade estava na 3ª posição, sendo responsável por 20.243 (15,48%) ocupados, elevando-se, em 2008, para 49.832 (22,18%) trabalhadores, passando a ocupar a 2ª posição no ranking da geração de empregos formais. Cabe destacar que os municípios do interior do Ceará (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Sobral, Iguatu e Quixeramobim) caracterizam-se como grandes produtores de calçados do estado.

Silva Filho e Queiroz (2009) constataram que, em 2006, 52,50% dos empregados na indústria formal do interior do Ceará estavam no setor calçadista. Tal resultado justifica-se pela transferência dessa atividade do Sul e Sudeste do país para o Nordeste, atraída pela política de isenção fiscal, mão-de-obra barata quando comparado àquelas regiões. Além disso, sua maior proximidade com o mercado consumidor americano e europeu também favoreceu essa migração.

Os dados da Tabela 4 apresentam a distribuição dos ocupados na indústria por tamanho do estabelecimento. Enquanto o Ceará, em 1998 (38,89%) e em 2008 (39,08%), concentra a maioria dos trabalhadores na grande indústria, o Piauí, que empregava grande parte de seus empregados em estabelecimentos de grande porte (com 28,63% em 1998), cai para 17,38% em 2008, situando-se agora em terceiro lugar na geração de empregos nesse tipo de estabelecimento e cede espaço para o micro (32,46%), o pequeno (30,10%) e o médio (20,06%) estabelecimentos.

Tabela 4 - Distribuição do emprego formal na indústria, por tamanho estabelecimento Ceará e Piauí – 1998/2008

TAMANHO DO ESTABELECIDAMENTO	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Micro (1 a 19)	21.924	16,77	37.170	16,55	5.137	24,83	9.274	32,46
Pequena (20 a 99)	28.315	21,66	51.923	23,11	4.480	21,65	8.599	30,1
Média (100 a 499)	29.651	22,68	47.765	21,26	5.150	24,89	5.732	20,06
Grande (acima de 499)	50.849	38,89	87.802	39,08	5.924	28,63	4.965	17,38
Total	130.739	100,00	224.666	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE

Essa dinâmica, no caso do Ceará, é resultado do seu recente processo de industrialização, caracterizado pela atração de indústrias de grande porte e intensiva em mão-de-obra, como é o caso dos segmentos têxtil (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010) e calçadista (SILVA FILHO e PAIVA, 2008; QUEIROZ e COSTA JÚNIOR, 2008), que se destacam na geração de empregos e na pauta de exportação cearense.

6. Perfil do trabalhador da indústria cearense vis-à-vis a piauiense

No tocante ao perfil do trabalhador empregado na indústria formal, os dados da Tabela 5 mostram que tanto no Ceará quanto no Piauí, nos dois anos em análise, há predominância do sexo masculino. No Ceará, em 2008, 62,43% dos trabalhadores são homens, com participação feminina de apenas 37,57%, apesar do seu ligeiro aumento entre 1998 e 2008. No Piauí ocorre o contrário: enquanto a participação masculina aumenta para 74,95% em 2008, o sexo feminino reduz a sua participação de 26,55%, em 1998, para 25,00% em 2008. Conforme Dedecca (2009:8-9):

O trabalho para reprodução social é preferencialmente das mulheres [...] o mercado reitera a discriminação das mulheres, seja devido à ausência da força física, seja em razão dos períodos de licença maternidade ou ausência para cuidado dos filhos. [...] a maior participação da mulher no mercado de trabalho carrega, portanto, ampliações das suas responsabilidades, estabelecendo, desse modo, a dupla jornada de trabalho, tanto denunciada pelo movimento feminista.

Tabela 5 - Número de empregados na indústria segundo sexo Ceará e Piauí – 1998/2008

SEXO	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Masculino	82.498	63,10	140.258	62,43	15.197	73,45	21.412	74,95
Feminino	48.241	36,90	84.402	37,57	5.494	26,55	7.158	25,05
Total	130.739	100,00	224.660	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE.

Com relação aos ocupados na indústria segundo a faixa etária, os dados mostram que, em 2008, o Ceará e o Piauí apresentam semelhanças, com a maioria

dos seus empregados situados entre 30 a 39 anos de idade (29,86% no Ceará e 31,06% no Piauí).

Por outro lado, a faixa etária que menos emprega é a dos ocupados com 65 anos ou mais, com apenas 0,19% dos empregados no Ceará e 0,40% no Piauí em 2008. Nesse caso, a seletividade é nítida, com maiores oportunidades de empregos para os adulto-jovens e os adultos.

Na faixa etária até 17 anos, os resultados apontam diminuição no número de ocupados, entre 1998 e 2008, em ambos os estados. O Ceará, em 2008, tem apenas 0,30% dos seus trabalhadores com até 17 anos e o Piauí conta com 0,48%. Esses resultados, por um lado, podem ser satisfatórios na medida em que esses jovens estejam frequentando a escola; por outro, podem representar a ausência de políticas de incentivos ao primeiro emprego nos estados supracitados.

Tabela 6 - Total de empregados na indústria por faixa etária Ceará e Piauí – 1998/2008

FAIXA ETÁRIA	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Até 17	1.510	1,15	668	0,30	152	0,73	137	0,48
18 A 24	34.126	26,10	56.157	25,00	4.069	19,67	4.893	17,13
25 A 29	27.813	21,27	52.001	23,15	3.519	17,01	5.764	20,18
30 A 39	41.945	32,08	67.088	29,86	6.456	31,20	8.873	31,06
40 A 49	18.491	14,14	35.317	15,72	4.425	21,39	5.557	19,45
50 A 64	6.512	4,98	13.012	5,79	1.972	9,53	3.233	11,32
65 ou Mais	289	0,22	417	0,19	90	0,43	113	0,40
Ignorado	53	0,04	0	0,00	8	0,04	0	0,00
Total	130.739	100,00	224.660	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE

Na Tabela 7, que traz o número de ocupados na indústria por nível de escolaridade, fica evidente a melhora no nível de instrução dos trabalhadores na indústria cearense e piauiense. Para os quatro primeiros níveis de instrução, tanto o Ceará quanto o Piauí tiveram diminuição na sua participação entre 1998 e 2008. Por outro lado, para os demais níveis de escolaridade, os dois estados apresentaram aumento, o que indica melhor qualificação dos seus trabalhadores.

Entre 1998 e 2008, o mercado de trabalho torna-se mais seletivo. Isso se constata pelo fato de que, em 1998, no Ceará, a maioria dos seus empregados tinham entre o 6º e o 9º ano incompleto (24,76%) e em 2008 possuem o ensino médio completo (41,42%). Quanto ao Piauí, em 1998, o nível educacional dos seus ocupados na indústria era mais baixo do que o do Ceará, com 20,83% tendo somente até o 5º ano incompleto. Em 2008, assemelha-se ao Ceará, quando o percentual dos seus empregados formais com o ensino médio completo passa ao primeiro lugar (33,13%).

Para Dedecca e Rosandiski (2006), com o processo de recuperação dos postos de trabalho na economia brasileira, principalmente a partir de 2004, aqueles de menor qualificação estão sendo excluídos da força de trabalho, visto que o novo perfil do trabalhador industrial brasileiro exige maior qualificação. Essa tendência vem sendo constatada nessa investigação, uma vez que observa-se a redução no percentual de trabalhadores nas faixas de escolaridades mais baixas e o aumento nas faixas mais elevadas, como é o caso do expressivo aumento no número de ocupados com ensino médio completo e superior completo.

Tabela 7 - Total de empregados na indústria, segundo grau de instrução Ceará e Piauí – 1998/2008

ESCOLARIDADE	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Analfabeto	3.368	2,58	1.586	0,71	686	3,32	392	1,37
Ate 5.A Inc	19.431	14,86	9.769	4,35	4.310	20,83	2.750	9,63
5.A Co Fund	14.816	11,33	9.308	4,14	2.217	10,71	2.175	7,61
6. A 9. Fund	32.377	24,76	26.705	11,89	3.037	14,68	3.470	12,15
Fund Compl	26.025	19,91	45.044	20,05	3.051	14,75	4.621	16,17
Medio Incomp	10.284	7,87	26.916	11,98	2.271	10,98	3.692	12,92
Medio Compl	19.432	14,86	93.048	41,42	4.149	20,05	9.465	33,13
Sup. Incomp	1.549	1,18	4.819	2,15	210	1,01	730	2,56
Sup. Comp	3.340	2,55	7.102	3,16	677	3,27	1.262	4,42
Mestrado	117	0,09	350	0,16	83	0,40	10	0,04
Doutorado	0	0,00	13	0,01	0	0,00	3	0,01
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	130.739	100,00	224.660	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE.

Cabe destacar que, apesar da melhora no nível de instrução dos seus empregados, Pochmann (1999) aponta que, no Brasil, a média de anos de estudos da classe trabalhadora é muito baixa quando comparada a outros países latino-americanos.

No tocante a rotatividade, a maioria dos ocupados na indústria cearense, em 1998 (36,48%), e em 2008 (33,66%), permaneceu empregada por menos de um ano. O Piauí, nesse período, apresenta melhor quadro, porque a maioria (38,43%) dos seus trabalhadores permanecia empregada por cinco anos ou mais – o que demonstra certa estabilidade. No entanto, em 2008, a rotatividade acentua-se, pois a maior parte (30,20%) dos seus trabalhadores, agora, fica empregada por menos de um ano.

Tabela 8 -: Distribuição dos trabalhadores na indústria, segundo tempo de serviço Nos estados do Ceará e do Piauí em 1998 e 2008

TEMPO DE TRABALHO	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Menos de 01 ano	47.695	36,48	75.618	33,66	5.168	24,98	8.629	30,20
01 a menos de 03	39.772	30,42	66.851	29,76	5.146	24,87	8.360	29,26
03 a menos de 05	18.189	13,91	30.338	13,50	2.424	11,72	3.502	12,26
05 ou mais anos	24.818	18,98	51.845	23,08	7.951	38,43	8.077	28,27
Ignorado	265	0,20	8	0,00	2	0,01	2	0,01
Total	130.73	100,00	224.66	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE.

No caso do Ceará, a estabilidade no emprego melhorou, ao passar de 18,98% dos ocupados com cinco anos ou mais na indústria, em 1998, para 23,08%, em 2008; dinâmica oposta à vivenciada no Piauí, que tinha 38,43% dos seus trabalhadores empregados por cinco anos ou mais, em 1998, e esse percentual caiu para 28,27%, em 2008.

Para Pochmann (1999), em todo o país o capital prevalece sobre a força de trabalho, uma vez que o primeiro dispõe de poder para, em detrimento do segundo,

agir livremente com demissão e/ou admissão de mão-de-obra ajustando-o, assim, às suas necessidades.

O que o autor acima expõe torna-se mais evidente quando se trata de Unidades da Federação com sindicatos praticamente inexistentes e poder de barganha quase nulo. Assim, os trabalhadores desses estados, que convivem com os piores indicadores econômicos, sociais e demográficos do país, provavelmente são menos propensos a reivindicarem os seus direitos.

A Tabela 9 apresenta os empregados formais na indústria segundo a faixa de remuneração. Para o ano de 1998, 69,02% dos ocupados no Ceará e 60,45% no Piauí ganhavam até 2 salários mínimos. Em 2008, esse percentual eleva-se nos dois estados: 86,36% dos empregados no Ceará situam-se nas duas primeiras faixas de rendimento e no Piauí essa participação chega a 79,20%.

A desestruturação do mercado de trabalho tem se propagado acentuadamente, não somente no aumento do desemprego aberto e na rotatividade da mão-de-obra, mas também com a redução da participação dos salários do trabalhador no produto gerado. De acordo com Pochmann (2009:403), mesmo com “a evolução do PIB, que cresceu 2,8% ao ano, o rendimento médio real do ocupado aumentou somente 1,1% ao ano em média entre 1976 e 2006”. Esse fato aponta o desvio de renda para o proprietário.

Cabe destacar que a precarização nos mercados de trabalho cearense e piauiense é tão intensa que, entre 1998 e 2008, somente as duas primeiras faixas de rendimentos tiveram aumento na sua participação relativa, enquanto as demais diminuíram o seu percentual de trabalhadores empregados. Nesse caso, observa-se que o salário médio pago aos trabalhadores da indústria nesses estados vem diminuindo ao longo desses anos.

Tal precarização fica evidente quando se observa que, mesmo com a melhora no grau de instrução dos seus trabalhadores (Tabela 7), não foi possível aumentar o nível dos seus rendimentos, pelo contrário, eles pioraram. Conforme Pochmann (2009:404): “em paralelo ao elevado desemprego e a contida evolução na remuneração média dos trabalhadores, observou-se o avanço da precarização dos postos de trabalho”.

Tabela 9 - Total de empregados na indústria, segundo faixa de remuneração Ceará e Piauí – 1998/2008

RENDA	CE				PI			
	1998	%	2008	%	1998	%	2008	%
Até 01 SM	8.363	6,40	24.158	10,75	2.032	9,82	3.682	12,89
Mais de 01 a 02 SM	81.867	62,62	169.411	75,41	10.475	50,63	18.944	66,31
Mais de 02 a 03 SM	16.811	12,86	12.050	5,36	1.766	8,54	1.897	6,64
Mais de 03 a 05 SM	9.507	7,27	8.376	3,73	1.239	5,99	1.277	4,47
Mais de 05 a 10 SM	7.447	5,70	5.902	2,63	1.875	9,06	1.677	5,87
Mais de 10 a 20 SM	4409	3,37	2432	1,08	1403	6,78	682	2,39
Mais de 20 SM	2.068	1,58	942	0,42	454	2,19	232	0,81
Ignorado	267	0,20	1.389	0,62	1.447	6,99	179	0,63
Total	130.73	100,00	224.66	100,00	20.691	100,00	28.570	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE

A análise mais apurada dos rendimentos, através do salário médio auferido pelos ocupados nos setores da indústria de transformação, evidencia mais uma vez a elevada precarização dos empregos no Ceará e no Piauí. Na Tabela 10, chama à atenção a significativa diminuição do salário médio dos ocupados na indústria nos dois estados. No Ceará, o salário médio da indústria passa de 2,96 SM, em 1998, para 1,84 SM em 2008; no Piauí, cai de 3,46 SM, em 1998, para 2,32 SM em 2008.

Outro ponto que se destaca é o fato dos empregados na indústria cearense, nos anos de 1998 e 2008, terem salários mais baixos do que os empregados no Piauí. Ou seja, esses resultados indicam que o Ceará, entre 1998 e 2008, tem sido capaz de gerar mais empregos na indústria quando comparado ao Piauí (Tabela 3), no entanto os seus postos de trabalho são mais precários.

Por ramo da indústria de transformação, em relação ao salário médio pago no Ceará e no Piauí, entre 1998 e 2008, encontram-se valores bastante heterogêneos.

De um lado, o serviço de utilidade pública é o que apresenta melhor salário médio para o Ceará (8,83 SM) e para o Piauí (11,03 SM) em 1998. Em 2008, a dinâmica se modifica: o Ceará, agora, tem na extrativa mineral o melhor rendimento médio, com 6,35 SM e no Piauí, o serviço de utilidade pública continua sendo o ramo que melhor remunera, com 7,09 SM, apesar de ter sofrido uma queda de 3,94 SM entre 1998 e 2008.

Por outro lado, situam-se as ocupações por ramo da indústria de transformação, com os piores rendimentos. Em 1998, madeira e mobiliário era o setor com menor rendimento (1,62 SM) no Ceará, alterando, em 2008, para borracha, fumo e couro, com apenas 1,61 SM. No caso do Piauí, em 1998, a menor remuneração fica por conta da extrativa mineral, que chama atenção pelo rendimento médio abaixo de 1 salário mínimo (0,92 SM), mudando, em 2008, para a indústria de calçados, com 1,12 SM.

Ao analisar a indústria têxtil no Ceará (29,44%) e o ramo de alimentos e bebidas no Piauí (27,16%), setores que mais empregam (Tabela 3) em 2008, , notam-se perdas no rendimento médio dos seus trabalhadores. Em 1998, o salário médio do trabalhador na indústria têxtil, no Ceará, era de 2,64 SM e, em 2008, cai para 1,50 SM. Para o Piauí, em 1998, o salário médio pago no ramo de alimento e bebidas era de 2,26 SM e passa para 1,70 SM em 2008.

Uma análise mais geral mostra que, entre 1998 e 2008, no Ceará, todos os setores da indústria de transformação tiveram diminuição no salário médio. Por sua vez, o Piauí teve ligeiro aumento no salário médio na indústria de elétricos e telecomunicação, e melhora no rendimento da extrativa mineral, os demais ramos da indústria apresentaram perda salarial.

Dessa forma, os dados mostram expressiva queda no salário mínimo médio auferido pelos trabalhadores nos dois estados aqui pesquisados, entre 1998 e 2008, com impactos diferentes entre os setores e os estados.

Tabela 10 - Remuneração média na indústria de transformação Ceará e Piauí – 1998/2008

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1998		2008	
	SM MÉDIO		SM MÉDIO	
	CE	PI	CE	PI
Extrativa Mineral	4,02	0,92	6,35	1,65
Mineral não Metálico	1,89	1,95	1,43	1,59
Indústria Metalúrgica	2,87	1,33	1,91	1,24
Indústria Mecânica	3,11	1,62	2,22	1,16
Elétricos e Comunicação	4,93	1,41	3,18	1,45
Material Transporte	3,36	2,15	2,01	1,76
Madeira e Mobiliário	1,62	1,76	1,42	1,6
Papel e Gráfica	3,89	2,58	2,09	1,67
Borracha, Fumo e Couro	2,12	3,09	1,61	1,55
Indústria Química	3,21	2,12	2,27	1,6
Indústria Têxtil	2,64	1,64	1,5	1,17
Indústria de Calçados	1,96	1,19	1,42	1,12
Alimentos e Bebidas	2,73	2,26	1,87	1,7
Serviços Utilidade Pública	8,83	11,03	5,58	7,09
Total	2,96	3,46	1,84	2,32

Fonte: Elaborado pelos Autores a partir dos dados da RAIS/MTE

Na Tabela 11, apresenta-se a média salarial do trabalhador da indústria cearense e piauiense segundo o nível de escolaridade. No Ceará, os ocupados analfabetos, tanto em 1998 quanto em 2008, tinham os piores rendimentos, com 1,74 SM e 1,17 SM respectivamente. Diferentemente do Ceará, no Piauí, em 1998, os menores rendimentos ficam com os trabalhadores que tem a 4ª série incompleta (1,36 SM) e, em 2008, passa para os trabalhadores analfabetos, com 1,22 SM.

Por sua vez, observa-se que os melhores salários são pagos aos trabalhadores com os maiores grau de instrução, apesar da queda nos seus rendimentos médios entre 1998 e 2008. Em 1998, no Ceará, os melhores rendimentos eram recebidos por empregados com o nível superior completo (17,51 SM). Dez anos depois, os ocupados com esse nível de escolaridade têm seus salários na indústria cearense reduzidos significativamente para 8,85 SM. Em 2008, os salários mais altos são pagos aos trabalhadores com doutorado (14,80 SM), que ainda assim recebem, em média, 2,71 SM a menos do que o trabalhador com nível superior completo em 1998, ficando evidente a intensa perda salarial.

No Piauí, os trabalhadores com nível superior completo são os que possuem os melhores rendimentos nos dois anos em análise. Esses ocupados também sofreram intensa perda salarial ao passar de 19,00 SM, em 1998, para 10,39 SM em 2008, com queda de 8,61 SM em dez anos.

Nesse contexto, fica explícita a intensa precarização no mercado trabalho industrial cearense e piauiense, com o salário médio em 2008 sendo menor do que há dez anos (1998). Na Tabela 11, observa-se que, com exceção dos trabalhadores com a 4ª série incompleta no Piauí, todos os demais níveis de escolaridade apresentaram redução nos seus salários médios entre 1998 e 2008, tanto na indústria cearense quanto na piauiense.

Tabela 11 - Remuneração média na indústria segundo o nível de escolaridade Ceará e Piauí – 1998/2008

Nível De Escolaridade	1998		2008	
	SM Médio		SM Médio	
	CE	PI	CE	PI
Analfabeto	1,74	1,78	1,17	1,22
4.Série Incompleta	1,84	1,36	1,36	1,78
4.Série Completa	1,91	2,03	1,38	1,68
8.Série Incompleta	1,94	2,54	1,35	1,68
8.Série Completa	2,24	2,8	1,34	1,7
2.Grau Incompleto	2,53	2,35	1,37	1,5
2.Grau Completo	4,93	5,67	1,78	2,34
Superior Incompleto	10,16	9,19	4,03	3,56
Superior Completo	17,51	19,00	8,85	10,39
Mestrado	0	0	9,53	10,74
Doutorado	0	0	14,8	0
Ignorado	1,42	1,34	0	0
Total	2,96	3,46	1,84	2,32

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS/MTE

Considerações finais

Apesar do debate e da divergência acerca da continuidade do processo de desconcentração industrial e/ou da tendência à reconcentração da indústria, o estudo mostra que, entre 1998 e 2008, o Piauí e, especialmente, o Ceará, tiveram aumento significativo no número de estabelecimentos industriais. Porém, cabe destacar que, em 2008, a maioria das indústrias concentrava-se em suas capitais, com 55,39% em Fortaleza e 56,62% em Teresina, aumentando o *gap* socioeconômico e sociodemográfico entre a capital e o interior desses estados.

Apesar de não ser o ramo de atividade que mais emprega nos dois estados em questão, o setor industrial, objeto deste estudo, destaca-se ao apresentar aumento no número de ocupados nessa atividade. Em 2008, o Ceará empregava 19,88% dos seus empregados formais na atividade industrial, enquanto o Piauí empregava somente 8,51%. Observa-se, portanto, indícios de que a política de atração de indústrias para o Ceará foi mais “agressiva” do que a piauiense, que adotou política de incentivos fiscais tardiamente, quando comparada ao Ceará.

A dinâmica por setor industrial aponta inúmeras diferenças. No Ceará, em 2008, destaca-se a indústria têxtil (27,91%) e, no Piauí, a indústria de alimentos e bebidas (27,16%) como os principais setores de ocupação na atividade industrial. As diferenças continuam, com 39,08% dos empregados cearense na indústria de grande porte e 32,46%, no Piauí, no micro estabelecimento.

No tocante o perfil do trabalhador industrial, os dados mostram, em 2008, semelhanças nos dois estados, com o predomínio de empregados do sexo masculino, na faixa etária entre 30 a 39 anos, com ensino médio completo.

Por sua vez, chama à atenção o aumento da rotatividade dos postos de trabalho. Em ambos os estados, em sua maioria, os ocupados permanecem

empregados por, no máximo, um ano, com 86,36% ganhando até dois salários mínimos no Ceará e 79,20% no Piauí.

Dessa forma, mesmo com a melhora no grau de instrução dos empregados na indústria cearense e piauiense, não houve uma resposta semelhante sobre os rendimentos. Constatou-se que os ocupados, em 2008, ganham menos do que há dez anos, em todos os setores da indústria de transformação. Além disso, há uma queda no salário médio do trabalhador em todos os níveis de instrução.

Em síntese, as transformações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos 20 anos do século XX impactaram na qualidade dos postos de trabalho no setor industrial cearense e piauiense. Empregos foram abertos, todavia, no período em estudo, observa-se um quadro de intensa seletividade por sexo, idade, escolaridade, elevada rotatividade e baixos salários. Assim, os trabalhadores do setor industrial no Ceará e no Piauí pouco têm o que comemorar.

Referências

AMARAL FILHO, J. do; SOUZA, D. L. R. de. Arranjo produtivo de calçados do Cariri, Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; **Texto para discussão** nº 9. Fortaleza, agosto de 2003.

ARRAIS, A. K. de M.; QUEIROZ, S. N. de; ALVES, C. L. B.. Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004. II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores. **Anais...** Fortaleza: LABOR/UFC, 2008.

BALTAR, P. E. de A.. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.** (org) Marcelo Weishaupt Proni e Wilnês Henrique. – São Paulo: editora UNESP, Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

CANO, W.. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970 a 2005** – São Paulo: editora UNESP, 2008.

CASSIOLATTO, J. E.; BRITTO, J.. Políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro: uma breve análise da experiência recente. Seminario sobre “Camino a la competitividad: El nivel meso y microeconómico” **Anais...** Santiago de Chile, 15 de marzo de 2001.

DEDECCA, C. S.. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.** (org) Marcelo Weishaupt Proni e Wilnês Henrique. – São Paulo: editora UNESP, Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

_____. O Sistema Público de Emprego e a Estratégia de Desenvolvimento. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas.** (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

_____. Regime de Trabalho, uso de Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres. In: [http:// www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf](http://www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf).

_____. ROSANDISKI, Eliane Navaro. Recuperação econômica e geração de empregos formais. **Revista Parcerias Estratégicas** – Número 22- Junho 2006.

GONÇALVES, M. S.; QUEIROZ, S. N. de; ALVES, C. L. B.. Industrialização cearense e os reflexos sobre o mercado de trabalho formal na indústria nos anos de 1994 e 2002. X Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - ABET. **Anais...** Salvador-BA, 2007.

LUCA, M. M. M. de; LIMA, V. F. L. Efeito dos Incentivos Fiscais no Patrimônio das Entidades Beneficiárias do Programa FDI, do Governo do Estado do Ceará. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Vol. 5-nº1- jan/jun/2007. (29-44).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO - MTE

MYRDAL, G.. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Textos de economia contemporânea – Rio de Janeiro, 1960.

MORETTO, A. J.; GIMENEZ, D. M.; PRONI, M. W.. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. (org) Marcelo Weishaupt Proni e Wilnês Henrique. – São Paulo: editora UNESP, Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M.. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, Nº 1, p. 11-34, Jan/ABR, 2007.

PEREIRA, J. da S.. Dinâmica do emprego formal industrial: comparativo entre a Bahia e o Ceará - (1996/2006). **Monografia de Conclusão de Curso**. (Graduação em Ciências Econômicas) – URCA/Universidade Regional do Cariri, Crato-CE. 2008.

POCHMANN, M.. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século** – São Paulo: contexto, 1999.

_____. Modernizar sem excluir. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

PONTES, P. A.. VIANNA, P. J. R.; HOLANDA, M. C.. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Estado do Ceará: uma análise do período de 1995 a 2005**. Fortaleza, Dezembro, 2006.

SANTOS, L. M. dos; MOREIRA, I. T.. Condições do Mercado de Trabalho no setor de serviços no Nordeste. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Caxambu – MG- Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

QUEIROZ, S. N. de; COSTA JUNIOR, M. P. N. da.. Diferenças e Semelhanças entre os Empregados na Indústria Formal de Calçados no Ceará e no Rio Grande do Sul 1994/2004. XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Caxambu - MG, 2008.

SILVA FILHO, L. A.; PAIVA, M. J. G. de. Considerações sobre as exportações de calçados no Ceará (2001-2007). VII Encontro Latino Americano de Iniciação

Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. **Anais...** Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. de. A trajetória da Indústria e do Emprego formal no Ceará 1996/2006. XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET. **Anais...** Campinas – SP, 2009.

SILVA FILHO, L. A; QUEIROZ, S. N. Indústria têxtil: avaliação empírica do emprego formal em Santa Catarina vis-à-vis o Ceará – 1998/2008. IV Encontro de Economia Catarinense. **Anais...** Criciúma: Unesc, 2010. v. 1.